

ESTUDOS II



FACULDADE de ECONOMIA da UNIVERSIDADE do ALGARVE

ESTUDOS II

Cidadania, Instituições e Património

Economia e Desenvolvimento Regional

Finanças e Contabilidade

Gestão e Apoio à Decisão

Modelos Aplicados à Economia e à Gestão



Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

2005

COMISSÃO EDITORIAL

António Covas
Carlos Cândido
Duarte Trigueiros
Efigénio da Luz Rebelo
João Albino da Silva
João Guerreiro
Paulo M.M. Rodrigues
Rui Nunes

FICHA TÉCNICA

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Campus de Gambelas, 8005-139 Faro
Tel. 289817571 Fax. 289815937
E-mail: ccfeua@ualg.pt
Website: www.ualg.pt/feua

Título

Estudos II - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Autor

Vários

Editor

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Morada: Campus de Gambelas
Localidade: FARO
Código Postal: 8005-139

Capa e Design Gráfico

Susy A. Rodrigues

Compilação, Revisão de Formatação e Paginação

Lídia Rodrigues

Fotolitos e Impressão

Grafica Comercial – Loulé

ISBN

972-99397-1-3 Data: 26-08-2005

Depósito Legal

218279/04

Tiragem

250 exemplares

Data

Novembro 2005

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS

REPRODUÇÃO PROIBIDA

A Europa e os novos racismos; algumas reflexões ¹

João Filipe Marques²

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Resumo:

Num primeiro momento, pretende-se dar conta das características do racismo emergente nos meios «populares» que é observável em grande parte dos países europeus. Na emergência deste «racismo popular» encontramos duas fontes principais. Uma fonte propriamente «social» que se prende com questões de concorrência económica, com problemas de desestabilização estatutária ou com o receio da exclusão, na qual o racismo se manifesta através da transferência das dificuldades do grupo maioritário para a presença dos grupos minoritários, e uma fonte essencialmente «identitária» ou etno-cultural, na qual a tónica é colocada na defesa ou promoção de uma identidade étnica, nacional - ou mesmo regional - concebidas em termos essencialistas ou mesmo raciais.

Num segundo momento ensaia-se um conjunto de reflexões de amplitude macro-sociológica em torno das condições sociais que, actualmente, na Europa, constituem condições favoráveis ao alargamento do espaço dos neo-racismos Europeus. São três os conjuntos de factores gerais que, influenciando-se reciprocamente, contribuem para a manutenção e escalada do fenómeno. O primeiro conjunto prende-se com questões de ordem social, com mutações na estrutura das sociedades, no sistema de estratificação e nas dinâmicas da mobilidade que, por um lado, originam precisamente o racismo dos «pequenos brancos» e, por outro, impelem as classes médias para condutas de distanciamento e segregação relativamente às minorias étnicas com origem na imigração. O segundo conjunto remete para a acção política, nomeadamente para o modo como o Estado responde às questões da igualdade, da redistribuição, da justiça, da inserção das colectividades imigrantes, da educação, da habitação social etc. É também dentro deste conjunto que se enquadram as reacções do campo do político, no sentido alargado: as críticas das forças de cariz populista, por um lado, e neo-liberais, por outro, aos desempenhos do Estado-providência. O terceiro conjunto de factores favoráveis à emergência ou amplificação das condutas racistas na Europa prende-se com as questões identitárias e, em particular, com as problemáticas da identidade e da soberania nacional.

¹ Este texto retoma algumas ideias desenvolvidas na Dissertação de Mestrado em Antropologia intitulada: *Um Fantasma Persegue a Europa; Reflexões sobre o Neo-racismo Europeu* (Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997) e da Tese de Doutoramento em Sociologia intitulada: *Je ne suis pas raciste, mais... du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais* (Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2004). Uma parte da investigação de que aqui se dá conta beneficiou de uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia e do Fundo Social Europeu através do IIIº Quadro Comunitário de Apoio.

² Sociólogo, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Centro de Estudos Económicos Empresariais e Sociais.

Palavras-chave:

Bode expiatório, Europa, Identidades, Imigração, Minorias Étnicas, Neo-racismo, Racismo, Xenofobia.

Abstract

Firstly, it is aimed to focus on the characteristics of the racism emerging in the ‘popular’ environments that may be seen in a large part of the European countries. In the emergence of this ‘popular racism’ we can find two main sources. One ‘social’ source that is connected with the economic concurrence issues, with problems of statutory destabilisation or with the fear of exclusion, in which the racism is manifested through the transfer of the majority group difficulties to the minority groups presence. An essentially ‘identitary’ or ethnic-cultural source, in which the focus is put on the defence or promotion of an ethnic identity, national - or even regional - conceived in essentialist or even ‘racial’ terms.

Secondly, a whole of macro-sociological reflections is tried around the societal conditions favourable to the enlargement of the European new racism scope. There are three wholes of general factors being reciprocally influenced that contribute towards the phenomenon maintenance and escalation. The first whole is related with issues of social kind, with changes in the society structure, in the stratified system and in the mobility dynamics. These, on the one hand, precisely originate the racism of the ‘small whites’ and, on the other, push the middle classes to distancing and segregating behaviours concerning the ethnic minorities caused by immigration. The second whole refers to the political action, namely to how the State answers to the questions of equality, redistribution, justice, ‘immigrants insertion’, education, social dwelling, etc. It is also in this whole that the political field reactions can be understood in the wide sense: the critics both of the forces with popular characteristics and the neo-liberal forces to the providence State’s performance. The third whole of factors favourable to the emergence or amplification of racist behaviours in Europe is related with the identity issues and, in particular, with the identity and national sovereignty problems.

Key Words: Ethnic Minorities, Europe, Identity, Immigration, New Racism, Racism, Scapegoat, Xenophobia

1. Do racismo ao «culturalismo»: o racismo europeu contemporâneo

Várias ordens de fenómenos estão na base da crescente actualidade das reflexões associadas à problemática do racismo, do nacionalismo, da xenofobia e das relações étnicas, no contexto europeu. Se a existência de minorias étnicas coloca, às sociedades democráticas, desafios permanentes relativos à completa participação dos seus membros,

não é menos verdade que, em conjunturas de crise ou de mudança esses desafios tendem a transformar-se questões da agenda política ou a servir de catalisadores simbólicos de outro tipo de problemas sociais e culturais. No que respeita às sociedades europeias, destacam-se, como veremos mais adiante, a dissolução das relações sociais típicas da sociedade industrial, a crise do Estado e das suas instituições assistenciais, a que se alia a escalada da sensação de risco e dos sentimentos de ameaça às identidades nacionais.

Os processos de concorrência individual nos diversos mercados, bem como o tradicional conflito que opunha o movimento operário ao patronato parecem, nos Estados europeus, estar a transformar-se em conflitos de competição entre diversos grupos estruturados através de identificações como a «raça», a «religião» ou o «grupo étnico». Conflitos que podem mesmo objectivar-se numa escalada de acções violentas, mais ou menos organizadas.

Numa outra vertente, observamos por toda a Europa, desde o início dos anos oitenta (Portugal parece ter sido, até agora, a grande excepção), à popularização de movimentos que, veiculando discursos de fechamento e exclusão, apelando para a homogeneidade étnica das sociedades nacionais, afloram, de um modo, normalmente eufemizado e simbólico as ideologias racistas, inscrevendo-as inquietantemente nos domínios do político (Cf. Marques, 1997; 2000).

Mas a vaga de contornos racistas a que assistimos hoje na Europa parece possuir uma natureza relativamente diferente dos racismos de tipo colonial do passado. Os novos racismos prendem-se, antes de mais, com mutações sociais, políticas, económicas, e mesmo epistemológicas, que assolam a modernidade avançada. Como escrevem Balibar e Wallerstein,

Le nouveau racisme est un racisme de l'époque de la «décolonisation», de l'inversion des mouvements de population entre les anciennes colonies et les anciennes métropoles, et de la scission de l'humanité à l'intérieur d'un seul espace politique (Balibar e Wallerstein, 1990 : 32).

Trata-se, precisamente, adoptando uma expressão de Lapeyronnie, de um racismo pós-colonial, uma vez que a alteridade - o outro que é percebido e designado em termos étnicos ou raciais e, por isso, rejeitado - coincide com as populações oriundas das nações anteriormente colonizadas. Na França e no Reino Unido, nomeadamente,

ce sont bien les anciens groupes colonisés qui semblent faire objet de la désignation la plus forte et la plus remarquable. Les immigrés d'origine coloniale sont au centre des problèmes rencontrés dans les deux pays, ou tout au moins focalisent les rejets. (...) Dans les deux pays, si les populations d'origine immigrée font objet de rejet, (elles sont jugés très nombreuses), les immigrés d'origine coloniale font objet d'un rejet plus fort de la part de l'opinion publique. Pour eux, se superposent le rejet de l'immigré et le rejet du colonisé. (Lapeyronnie, 1990 : 237 e ss).

A utilização da designação neo-racismos, emprestada de Barker,³ prende-se com o facto de a rejeição dos grupos racizados não se fazer, na maior parte das vezes, explicitamente em nome da desigualdade biológica mas em nome da absolutização das diferenças culturais, dando origem àquilo que também tem vindo a ser designado por «racismo diferencialista» (Cf. Marques, 2000).

De qualquer modo, a expressão neo-racismo é aqui utilizada menos como conceito analítico do que como conceito descritivo. Entende-se por «neo»-racismo o conjunto de atitudes, práticas e ideias de tipo racista que têm vindo a ser observadas nos países europeus mais ou menos a partir da década de setenta. Como argumentou Miles contra Barker, há muito pouco de «novo» no neo-racismo (Cf. Miles, 1993). Os processos de discriminação, segregação e violência com base em traços culturais considerados essenciais são, desde há muito, uma característica dos processos de racização das formações sociais europeias. O que há de relativamente novo, e por isso conservamos a designação, reside, por um lado, no plano da argumentação das formulações doutrinárias e, por outro, na forma de sincretismo popular entre a inferiorização dos grupos vítimas - herdada do período colonial - e uma acentuada vertente diferencialista que os considera indesejáveis e poluentes e os instaura enquanto bodes expiatórios.

Mas se na caracterização daquilo que se pode designar por neo-racismos europeus há um pano de fundo comum: o diferencialismo, ou a «revolução diferencialista», na designação de Balibar e Wallerstein (1990: 35); é possível, ainda que apenas analiticamente, distinguir dois tipos de manifestações paradigmáticas do fenómeno. Trata-se de dois planos que, obviamente, se intersectam e se formam e informam reciprocamente. Por um lado, um neo-racismo doutrinário, savant, com expressões mais ou menos politizadas, consoante os contextos; por outro lado, um racismo eminentemente «popular», infra-político, mais reactivo do que propriamente activo, que se prende fundamentalmente com a proximidade social entre algumas camadas das populações autóctones e das populações com origem na imigração ou outro tipo de minorias étnicas.

De qualquer modo, a distinção entre estas manifestações mais flagrantes do racismo não deve fazer esquecer que o fenómeno pode atravessar, com maior ou menor intensidade, as sociedades europeias como um todo. Nomeadamente as dimensões subtis (Cf. Petigrew e Meertens, 1993, Essed, 1991, entre outros), não assumidas pelos actores sociais, nem organizadas sob a forma doutrinária - como a institucionalização da discriminação e da segregação em áreas chave da sociedade - podem, igualmente, desempenhar um papel importante. Se em Portugal a vertente ideológica do racismo não parece possuir uma extensão significativa, o mesmo não se pode dizer da sua expressão popular e provavelmente da sua dimensão subtil e não manifesta (Cf. Vala, 1998; Marques, 2004).

³ A expressão neo-racismo (*new racism*) aplicada às doutrinas da nova direita foi cunhada por Barker (1981); para uma feroz crítica à sua utilização veja-se Miles (1993).

2. Os neo-racismos em meio popular

Algumas investigações realizadas a nível europeu têm vindo a concluir que é precisamente nas camadas mais desfavorecidas ou junto daqueles que mantêm uma maior proximidade social e/ou espacial relativamente às populações de origem imigrante, que mais rapidamente se verificam posturas de racismo flagrante (Cf. Borgogno, 1990; Wieviorka, 1991, Althabe, 1985). A Psicologia social, por seu turno, tem igualmente demonstrado que, como aponta Schweisguth,

la propension à s'identifier à un groupe national, racial ou culturel afin de bénéficier de la valorisation qui lui est attaché varie en raison inverse du niveau social (1993: 134).

Na emergência deste «racismo popular» encontramos duas fontes principais. Uma fonte propriamente «social» que se prende com questões de concorrência económica, com problemas de desestabilização estatutária ou com o receio da exclusão, na qual o racismo se manifesta através da transferência das dificuldades do grupo maioritário para a presença dos grupos minoritários, e uma fonte essencialmente identitária ou etno-cultural, na qual a tónica é colocada na defesa ou promoção de uma identidade étnica, nacional - ou mesmo regional - concebidas em termos essencialistas ou mesmo raciais. O racismo das camadas mais desfavorecidas e dos jovens com perspectivas pouco aliciantes de futuro, verifica-se, precisamente, a partir de uma dupla conflitualidade com as populações de origem imigrante ou com as minorias étnicas. Duas ordens de conflitos remetem os actores autóctones para posicionamentos racializados, fomentam a reprodução de preconceitos, amplificam a segregação e a discriminação e podem mesmo desembocar em condutas de violência: uma conflitualidade de significado social, numa primeira fase e, num segundo momento, uma conflitualidade de significado etno-cultural ou identitário (Borgogno, 1990: 12).

Os conflitos ainda propriamente sociais constituem o que Borgogno designa por «conflitos de apropriação». (*conflits d'appropriation*) e prendem-se, fundamentalmente, com questões inerentes à habitação, ao mercado de trabalho, à educação, ou ainda, com problemas relativos à fruição dos benefícios do Estado-providência. Este tipo de conflitualidade tende a amplificar-se quando os modos de apropriação dos imigrantes são percebidos enquanto ameaçadores para as capacidades apropriativas dos autóctones, principalmente no que respeita aos recursos materiais e simbólicos que constituem o quadro da sua existência social. Isto é a rejeição dos imigrantes e minorias etno-culturais é fundamentalmente instrumental e é a inferiorização preconceituosa que predomina.

Seguindo a análise dos discursos populares relativos à imigração em França que foi realizada por Borgogno, o sentimento de ameaça à apropriação joga-se em dois registos de sentido: um sentido propriamente material e um sentido simbólico. O que permite distinguir os dois processos que o autor designa por «conflitos de apropriação material» e «conflitos de apropriação simbólica».

No primeiro caso, o que está em jogo são os recursos materiais - eventualmente quantificáveis, ou aos quais se acede segundo uma lógica de mercado - constituintes dos

quadros de vida dos autóctones. Os imigrantes fazem perigar o regime de apropriação desses recursos, fundamentalmente, de dois modos: pelo elevado número com que são percebidos a competir em mercados caracterizados pela escassez - como o emprego ou a habitação - ou por revelarem capacidades consideradas inadequadas relativamente a bens cuja apropriação é colectiva ou institucionalmente regulada - quando, por exemplo, os alunos estrangeiros fazem, supostamente, baixar o nível escolar em virtude da sua presumida inadaptação cultural (Cf. Borgogno, 1990).

No que respeita aos conflitos de apropriação simbólica, são as conotações socialmente significantes dos bens e recursos que estão em jogo. Ao tornar-se apropriável pelas populações com origem na imigração, o valor simbólico de bens materiais e culturais degrada-se, na perspectiva dos actores autóctones, degradando-se, também, deste modo, a sua posição social relativa. Como refere Borgogno:

L'ensemble des éléments matériels qui composent le cadre de vie de tout individu a aussi, on le sait, sa fonction de signe social. Or, les représentations sociales dominantes étant ce qu'elles sont, le seul fait pour un cadre de vie - pour les «objets-signes» qui le composent - de devenir appropriable par (ou appropriés à) un immigré, est de nature à dégrader sa valeur de signe, et donc de mettre en péril aux yeux de celui auquel il était précédemment approprié, ce bien précieux entre tous qu'est la représentation de son statut ou de son niveau social (1990 : 13).

Este tipo de conflitos com as populações de origem imigrante emerge, então, da sensação de uma «dupla ameaça». Em primeiro lugar, e tal como é explicitada através do discurso dos actores, uma ameaça à posse material dos bens ou recursos disponíveis nos vários mercados: ao apropriarem-se de determinado bem, os imigrantes aumentam, assim, virtualmente, a escassez desse bem; ou, quando a apropriação é colectiva, parecem privar os autóctones da sua completa fruição. Em segundo lugar, e no registo do implícito, os imigrantes transformam-se numa ameaça simbólica ao exibirem um regime de apropriação semelhante ao dos autóctones. Quer dizer, ao mostrarem a possibilidade de se apropriarem de bens idênticos aos dos actores autóctones ou idênticos aos que estes poderiam, eventualmente, possuir, colocando, desta forma, em risco o estatuto social destes últimos. Este esquema encontra-se, segundo Borgogno, em todos os domínios da vida social. Como por exemplo nos campos do trabalho, da habitação e da educação:

Champ du travail: en occupant un poste de travail semblable à celui que je pourrais occuper, l'immigré peut me priver de travail, mais même s'il ne m'en prive pas, il fait de mon travail un «travail pour immigré», donc il m'en dépossède d'une certaine façon, ou il l'aliène. [...] Champ du logement: en prenant un logement à côté du mien, l'immigré a peut-être pris un logement que je convoitais, mais même si je n'ai pas de problème de logement, il fait de mon logement un logement pour immigré, donc il m'en dépossède bien d'une certaine façon. [...] Champ scolaire: en se trouvant sur les bancs de la même école que mon enfant, l'enfant de l'immigré va gêner - c'est du moins mon opinion - son appropriation du bien «éducatif» et le concurrencer pour l'accès à la «bonne» filière, mais même si ces risques n'apparaissent pas, l'élève étranger, ou réputé tel, fait de l'école de mon enfant une école pour enfants d'immigrés, et m'aliène encore. (1990 : 13)

O actor social oscila então, segundo Borgogno, entre dois pólos de «desposseção»: um pólo de «desposseção material» e um pólo de «desposseção

simbólica». Esta última desempenha, contudo, um papel preponderante que se sobrepõe mesmo à despossessão material:

On préfère affronter la pénurie ou la rareté sur des strates «consumentes» supérieures plutôt que de partager, avec les immigrés, l'abondance d'une strate inférieure (1990: 13)

No entanto, contrariamente ao que se passa, por exemplo, em Portugal, a imigração não é, nas sociedades centrais europeias, um fenómeno novo. O que é relativamente novo são as mudanças que o fenómeno sofre a partir da década de sessenta. De uma imigração económica provisória, essencialmente masculina, passou-se a uma imigração de povoamento com as consequências que lhe estão associadas: o reagrupamento familiar, a inserção no sector terciário, na economia paralela e no trabalho independente, a grande vulnerabilidade face ao desemprego e à exclusão, ao que se juntam as dificuldades específicas das «segundas gerações». A imigração que permitiu a expansão económica das sociedades europeias depois da segunda guerra mundial tornou-se um componente integrante dessas sociedades.

O que é igualmente novo, de um ponto de vista sociológico, é a etnicização da imigração. Isto é o processo de passagem da situação de imigrante a membro de um grupo étnico; a assunção e (re)construção de identidades étnicas ou raciais quer em virtude da atribuição categorial por parte dos autóctones, quer como mecanismo de defesa relativamente à discriminação e segregação das sociedades de acolhimento. É fundamentalmente quando as diferenças culturais entre autóctones e imigrantes originam diferenças sociais, nomeadamente, através dos processos de discriminação e segregação, que cresce a mobilização étnica em torno dessas diferenças. Pode mesmo dizer-se que, na maioria dos países europeus ocidentais, se tem vindo a assistir à passagem do modelo da assimilação para o da etnicização com as mudanças na lógica de racização que essa mudança eventualmente acarreta.

No segundo tipo de conflitos, os «conflitos de contornos identitários», o que se coloca em jogo, é a percepção globalmente ameaçadora da alteridade e a construção - frequentemente fantasmática - das diferenças culturais e, principalmente, das diferenças religiosas. A sensação de ameaça deixa de estar localizada na rua, no bairro, na cidade ou na região, limitada pela presença efectiva de minorias étnicas, circunscrita aos problemas concretos da vida quotidiana dos autóctones mas amplifica-se, generaliza-se a todo o território ou à própria integridade nacional.

Assiste-se então a um crescendo em espiral das diferenças identitárias, inicialmente largamente imaginárias, mas que se tornam cada vez mais reais à medida que se intensificam os processos de estigmatização, segregação e discriminação. Como escrevem Couper e Martuccelli, relativamente ao Reino Unido:

La force croissante des identités culturelles au sens large, est accentuée par l'action des minorités elles-mêmes, ce qui donne lieu à la consolidation d'un processus de racialisation des interactions sociales et à l'émergence de formes particulières de racisme. L'éthnicisation des relations, omniprésente, produit une crise des codes de conduites au quotidien: les uns ne savent plus comment s'adresser aux autres (1994: 100).

Enquanto, até aos anos setenta do século XX, o imigrante era suposto assimilar-se na sociedade de acolhimento - frequentemente com uma posição que o inferiorizava - , ou regressar ao país de origem é, agora, percebido não apenas como concorrente, como «abusador» das facilidades concedidas pelo Estado-providência, como ameaçador do ponto de vista demográfico mas, principalmente, enquanto poluente e invasor. Contemporaneamente, os imigrantes são cada vez menos definidos através das categorias do trabalho, enquanto participantes das relações de produção das sociedades industriais mas cada vez mais categorizados em termos de cultura, de religião, de origem nacional e de «raça» (Wieviorka, 1994: 23).

Os crescentes processos identitários das minorias étnicas, i.e. a sua «etnicidade», desencadeados ou não por motivos instrumentais - defensivos ou reivindicativos -, resultam, frequentemente, numa amplificação da percepção dos autóctones relativamente às reais capacidades de mobilização colectiva daquelas. As populações com origem na imigração passam, então, a ser identificadas apenas relativamente à exterioridade, a uma exterioridade abstracta e, frequentemente, demonizada. Como refere Wieviorka para caso francês:

Le racisme se construit, dans ce type de mécanisme, en imputant au groupe racisé une forte capacité de mobiliser des ressources plus ou moins occultes, une aptitude à s'appuyer sur des réseaux plus ou moins mystérieux, à s'identifier à un principe unificateur lui-même maléfique - l'islam fanatique, la conspiration juive internationale, etc (1991 : 77).

É no registo da conflitualidade de contornos étnicos, ou de uma dialéctica das etnicidades dominantes e dominadas, que se torna mais evidente o enfraquecimento do racismo de inferiorização essencialmente instrumental e típico das situações de dominação, em favor de uma lógica de racização eminentemente diferencialista que rapidamente recorre aos conhecidos mecanismos do bode expiatório. Tal situação traduz-se numa combinação sincrética que, ao mesmo tempo que inferioriza e discrimina os grupos racizados, os segrega e deseja a sua expulsão.

Na produção de *bodes expiatórios* étnicos ou raciais, os actores racistas *deslocam* para um grupo racizado a responsabilidade e a culpa da sua decadência, da sua infelicidade, da sua ansiedade ou daquilo que lhe parecem ser as causas dos problemas sociais que os afligem. Uma das características mais importantes do mecanismo de produção de bodes expiatórios racializados é o facto de o grupo racizante não ser, na maior parte das vezes, capaz de processar a totalidade dos factores responsáveis pela sua decadência, pela crise que experimenta ou de analisar o sentido da mudança a que assiste e que o ameaça. Situações que dependem, na maior parte das vezes de uma causalidade complexa que transcende o actor racista e é ao «outro», próximo mas percebido como diferente, que é imputada a culpa. Os processos de produção de bodes expiatórios raciais ou étnicos em contextos de crise ou em períodos anómicos de perda de sentido, emergem, numa primeira fase, nas camadas mais desfavorecidas da sociedade sendo, no entanto, altamente susceptíveis de aproveitamentos políticos e posteriores elaborações intelectuais.

A amplificação das relações conflituais entre as camadas populares e as colectividades de origem imigrante - cada vez mais estruturadas numa base étnica ou racial

- resulta, como adiante se verá, de um conjunto de transformações que atravessam as sociedades europeias e que, numa primeira fase, atingem precisamente os estratos mais desfavorecidos destas sociedades nacionais. A uma consciencialização das dificuldades, da mobilidade descendente, da decadência, da exclusão social e a uma sensação de impotência, provocadas pelas mudanças sociais e políticas que assolam a Europa e o mundo, alia-se um sentimento de perda de referências identitárias e de equiparação ao estatuto social dos imigrantes relativamente aos quais pesam ainda os preconceitos raciais do passado colonial. Esta situação conduz frequentemente os actores sociais a recorrerem, como forma de reacção a esse sentimento de perda e como modo de «reconstituição do sentido perdido», a identidades essencialistas, historicamente recebidas, como a «nação», a «cultura», a «religião» ou a «raça».

O racismo que se desenvolve então é, fundamentalmente, o típico racismo dos «pequenos brancos» tal como era descrito já nos anos quarenta por Gunnar Myrdal a propósito da América: a demonização daqueles que são definidos pela inferioridade, pela exterioridade ou pela diferença, por parte dos que vêm o seu estatuto atingido pela mudança, pela crise, pelo desemprego ou pela exclusão.

De qualquer forma, e sem desculpabilizar os actores racistas, é necessário afirmar que as atitudes e comportamentos racistas observados nos meios populares, bem como a crescente adesão dos seus membros a movimentos que veiculam ideologias de fechamento relevam fundamentalmente de dificuldades sociais que, embora subjectivamente vividas pelos indivíduos, provêm, como se verá, de fontes que transcendem as órbitas das suas vidas privadas.

3. Os neo-racismos e a «desestruturação do modelo europeu de integração»

Embora a maior parte das investigações sobre o racismo tenha por quadro de referência a sociedade nacional onde se desenrolam as pesquisas, as conclusões de algumas análises comparativas - nomeadamente as que foram realizadas pelas equipas de Wieviorka (1992) e de Lapeyronnie (1990; 1991) - apontam para que a emergência contemporânea dos fenómenos em causa tenha sido favorecida por um conjunto de mudanças ocorridas nas últimas décadas na generalidade das países da Europa.

O que equivale a assumir que, para além da heterogeneidade da manifestação das formas de racismo observadas nos diversos contextos, é possível discernir uma unidade macro-sociológica no fenómeno. Segundo os trabalhos referidos, é a partir dum conjunto de profundas transformações comuns às sociedades centrais que se geram as condições favoráveis - mas não as *causas*, no sentido estrito - para a extensão e amplificação do racismo na Europa. Como explicita Wieviorka:

on n'explique pas le racisme par des causes «objectives», par des évolutions dans la société où se déploie l'expérience vécue du raciste; mais ces évolutions constituent des conditions favorables, ou non, à l'expansion du racisme, dans la mesure où elles alimentent sa

structure imaginaire et où elles apportent des éléments sur lesquels il peut plus au moins facilement se fixer (Wieviorka, 1991 : 75).

No que diz respeito a essas evoluções sociais, Lapeyronnie chega a diagnosticar o «fim das sociedades nacionais», Wieviorka designa o fenómeno por «desestruturação do modelo europeu de integração» (*déstructuration du modèle européen d'intégration*), enquanto Miles, na perspectiva marxista que caracteriza o seu pensamento, defende que se trata de uma das crises de acumulação do sistema capitalista (Cf. Miles, 1994 pp. 208 e ss.).

Na perspectiva defendida por Wieviorka, a mais original e provavelmente a mais pertinente, é possível modelizar a emergência do racismo contemporâneo através de um ponto de vista «tridimensional». Por outras palavras, são três os conjuntos de factores gerais que, influenciando-se reciprocamente, contribuem para a manutenção e escalada do fenómeno (1994: 13). O primeiro conjunto prende-se com questões de ordem social no sentido estrito, com mutações na estrutura das sociedades, no sistema de estratificação e nas dinâmicas da mobilidade que, por um lado, originam o racismo dos pequenos brancos, por outro, impelem as classes médias para condutas de distanciamento e segregação relativamente às minorias étnicas com origem na imigração. O segundo conjunto remete para a acção política, nomeadamente para o modo como o Estado responde às questões da igualdade, da redistribuição da justiça, da inserção dos imigrantes, da educação, da habitação social etc. Como salienta Wieviorka:

un État incapable de ou non désireux de poursuivre une politique d'État providence, par exemple, exacerbera des tendances au populisme au sein desquelles le racisme et la xénophobie trouvent leur place; un État encourageant le pluralisme culturel et même imposant des mesures de «discrimination positive» pour les minorités ethniques, par exemple dans l'emploi public ou l'Université, exercera une influence, complexe, sur les tensions interculturelles où le racisme, là encore, est susceptible de trouver un espace renouvelé - mais aussi, d'ailleurs, de régresser (1994 : 14).

É também dentro deste conjunto que se enquadram as reacções do campo do político, no sentido alargado: as críticas das forças de cariz populista, por um lado, e neo-liberais, por outro, aos desempenhos do Estado-providência.

O terceiro conjunto de factores favoráveis à emergência ou amplificação das condutas racistas na Europa prende-se com as questões identitárias, particularmente com a questão nacional. Neste registo, a consciência nacional tanto pode orientar-se no sentido dos valores universalistas-individualistas da modernidade como, inversamente apelar aos valores diferencialistas, privilegiando a homogeneidade do corpo social e abrindo, deste modo, espaço às ideologias e práticas racistas.

Enquanto até finais dos anos sessenta a generalidade das sociedades europeias vivia uma forte coerência entre as instâncias *sociedade industrial*, *Estado-providência*, e *nação universalista*, essa coerência atravessa agora um processo de desintegração que, entre outras consequências, favorece a emergência das formas mais flagrantes do racismo.

Segundo esta construção idealtípica, durante a vigência do «modelo europeu de integração», que tem o apogeu nas décadas de cinquenta e sessenta do século anterior, a

vida social, política e cultural dos países centrais organiza-se, fundamentalmente, em torno das relações sociais nascidas da produção industrial. São os conflitos entre movimentos operários e patronato industrial que estruturam as relações sociais, determinam a acção política e condicionam a produção intelectual. O movimento operário, de cariz universalista e emancipatório, aparece como agente aglutinador de todos os outros movimentos sociais.

O Estado, por seu turno, embora com diferenças nas várias sociedades nacionais, quer-se, nesta fase, um Estado forte, interventor, redistribuidor e promotor da igualdade de oportunidades - é a imagem tutelar do *Estado-providência*. Na perspectiva das identidades nacionais, verifica-se, ainda, uma forte dimensão universalista quer se trate, como escreve Wieviorka,

d'un nationalisme encore imprégné des rêves de puissance liés au colonialisme qui s'achève, ou de conceptions dans lesquelles la nation est inséparable de l'idée de progrès économique et politique (1994 : 16).

Os particularismos étnicos, linguísticos, locais ou religiosos estão, do mesmo modo, relativamente subordinados a essa concepção universalista do progresso e da modernização, enquanto as minorias estrangeiras residentes são percebidas e identificadas, fundamentalmente, com referência ao mundo do trabalho.

Em finais de sessenta, a imagem duma sociedade nacional, culturalmente homogénea, dotada de um Estado forte e assistencial, é fortemente abalada. Este quadro entra, claramente, num processo de ruptura - que é também uma das expressões da tão proclamada crise da modernidade - criando condições favoráveis para o alargamento do espaço do racismo.

Isto não significa, porém, que as sociedades europeias vivam estes processos de transformação exactamente do mesmo modo e ao mesmo tempo. Relativamente a alguns países, na explicitação das condições favoráveis ao recrudescimento ou emergência do racismo, a tónica deve ser colocada na mutação das relações sociais industriais e na dissolução dos movimentos sociais que daí decorrem, noutros salientam-se os problemas sociais e políticos que se prendem com o papel do Estado e com a crise das instituições estatais; noutros ainda, o ênfase deve ser dado ao diferencialismo radical que emerge das questões culturais e identitárias.

3.1 O declínio da sociedade industrial

As concepções pós-tayloristas do trabalho, a automação da produção, a desindustrialização ou a globalização da economia, constituem algumas das causas da dissolução que se verifica nas relações sociais típicas das sociedades industriais. A regressão massiva do emprego no sector secundário, a precarização do trabalho, a perda de centralidade e de protagonismo dos movimentos operários, a crise do sindicalismo e

um outro fenómeno que começa, actualmente, a atingir proporções preocupantes - a *dualização* socio-económica destas sociedades -, são as consequências dessa dissolução.

Na perspectiva defendida por Wieviorka, o declínio das sociedades industriais não pode ser reduzido ao espectacular encerramento e deslocalização de fábricas e empresas ou apenas à terciarização da actividade económica. O mais importante, de um ponto de vista sociológico, prende-se com a decadência do movimento operário enquanto instância estruturante da vida social, política e intelectual. Até finais da década de sessenta, na maior parte dos países europeus, as relações sociais organizavam-se em torno do grande conflito que opunha os trabalhadores ao patronato. Um conflito que fornecia aos actores uma identidade *social* que dependia do seu posicionamento nesta polarização da sociedade. Ora, este quadro está claramente em mudança por toda a Europa produzindo os mais variados efeitos.

O movimento operário perde gradualmente a dimensão não apenas internacionalista mas, sobretudo, a vertente universalista que lhe permitia pôr em causa o modo como o progresso e a modernização eram conduzidos (Wieviorka, 1992: 26). A sua expressão institucional - a acção sindical - enfraquece e vira-se, cada vez mais, para a defesa de categorias socio-profissionais particulares assumindo condutas estratégicas de tipo corporativo. As classe médias, por seu turno, deixam de se definir e identificar relativamente à polaridade que opunha assalariados a entidades patronais, como o faziam anteriormente, passando a oscilar entre dois tipos de posicionamento. Por um lado, a postura da «era do vazio», eminentemente individualista ou mesmo narcísica - descrita, por exemplo, por Lipovetsky (1989) - que, valorizando o *cocooning*, se afasta de qualquer tipo de engajamento colectivo e onde as preocupações com a vida privada, com a mobilidade social, com os padrões de consumo e com os valores hedonistas, ocupam o lugar central; por outro lado, um apego às teses populistas ou nacional-populistas, que é particularmente observável entre aqueles que receiam ou se encontram já em mobilidade descendente (Wieviorka, 1994b: 179).

A partir do momento em que o movimento operário se dissolve, em que o trabalho, de uma forma geral, deixa de ser o grande integrador social e que as grandes utopias parecem perecer, a solidariedade, o engajamento em projectos colectivos, acabam por ser substituídos pelo individualismo. Mas trata-se de um individualismo que possui também uma face sombria; pode, em certas circunstâncias, transformar-se num fardo difícil de carregar, pode mesmo, como acontece nas camadas mais vulneráveis, tornar-se num *individualismo negativo* - no sentido que Castel dá a este conceito:

On peut parler de l'avènement d'un individualisme négatif: lorsque les gens ont décroché de la protection générale ou de la participation aux grands collectifs, ils deviennent de plus en plus des individus, mais sans support, et donc démunis, qui portent leur individualité comme un fardeau (Castel, 1995 : 20) .

Ora este individualismo negativo, característico dos que temem, ou vivem já, a mobilidade descendente e mesmo a exclusão, dá frequentemente lugar ao posicionamento dos actores em identidades étnicas ou raciais, como forma de reconstituição das identidades

sociais que se dissolvem e, conseqüentemente, ao aparecimento do típico racismo dos pequenos brancos. Como nota Bataille no caso da Bélgica:

La «classe ouvrière», du moins en théorie, n'établissait pas de distinction entre un immigré, une femme ou un jeune, à partir du moment où ils étaient considérés dans un rapport de production qui les rapprochait et même les englobait. L'épuisement de ce principe centralisateur libère en quelque sorte les identités individuelles et collectives, et fait apparaître au grand jour, en les exacerbant et en les renouvelant, les tensions qui ont toujours existé entre une somme d'identités culturelles (1994 : 142).

Na análise da emergência dos grupos de *skinheads*, no Reino Unido, são patentes as conseqüências da volatilização das referências típicas do universo operário no estabelecimento de identidades racializadas:

Chez les skinheads, par exemple, le processus est bien celui de la disparition d'une identité sociale ouvrière, la construction d'une sorte de communauté imaginaire et, surtout, l'incapacité à pouvoir établir (rétablir, dit l'acteur raciste) un statut social, ce qui se résout par une forte production imaginaire autour de soi. [...] On peut ainsi dire que les skinheads son «blancs» (au moins dans un premier temps) faute de pouvoir être autre chose, socialement ou culturellement (Couper et Martucelli, 1994 : 61-62).

Relativamente à Alemanha, pelo menos até aos anos noventa, destaca-se enorme instabilidade causada pela reunificação, ao nível das tradicionalmente fortes organizações sindicais. Nomeadamente a Oeste, o racismo parece ter-se reforçado à medida que os sindicatos, representantes da institucionalização do movimento operário, foram perdendo a capacidade para desempenhar as suas principais funções. A saber: a estabilização sócio-política, o combate ao desemprego, o amortecimento do impacto da automação, a integração social e o enquadramento no mundo do trabalho, quer dos autóctones quer, nomeadamente, dos trabalhadores de origem imigrante. Este enfraquecimento das capacidades integrativas dos sindicatos alemães reflecte-se igualmente na escalada dos actos de violência racista desencadeados, em larga medida, pelas categorias mais jovens (Cf. Angelina Peralva, 1994).

Outro fenómeno intimamente ligado à dissolução das relações sociais industriais, e que no modelo proposto é absolutamente central no reforço da escalada do racismo, consiste na *dualização* social e económica das sociedades pós-industriais. Isto é o fosso, cada vez mais maior, entre a vida moderna, o mundo do trabalho, da habitação em boas condições, do consumo - o mundo dos que estão *in*; e o mundo do endividamento, da vulnerabilidade, do desemprego e da exclusão⁴ - o mundo dos que estão *out*, ou mundo dos *underclass*:

⁴ Castel propõe mesmo a substituição da noção de exclusão pela de «desaffiliation», precisamente para dar conta deste processo: «Il me semble que la notion de désaffiliation donne mieux à entendre ce parcours qui est la véritable unité d'analyse du problème actuel et dont l'effet ultime consiste dans la mise sur les marges d'une partie croissante de la population, (...) Ce qui est déterminant dans le processus, c'est le fait que le travail cesse d'être le «grand intégrateur». Il s'agit d'un processus de décrochage, de déstabilisation des stables, d'une vulnérabilisation des positions assurés. (1995: 19.)

Alors que la société industrielle accordait à chacun sa place, dominante ou inférieure, la société duale sépare deux sous-ensembles qui s'éloignent l'un de l'autre: d'une part, la masse des couches moyennes et supérieures, qui participent à l'emploi, à la consommation, qui accèdent dans de bonnes conditions au système de santé ou à l'éducation et, d'autre part, le monde des exclus et des laissés-pour-compte (Wieviorka, 1994 : 19)

Paradoxalmente, como repara Wieviorka, o conceito de *underclass* ganha popularidade no pensamento social europeu a partir do momento em que, nos registos científico e político, as sociedades começam a deixar de ser descritas em termos de classes - de estrutura de classes ou de relações de classes - e começam a sê-lo em termos de mobilidade e de segregação (1993: 59).

Segundo Couper e Martucelli (1994), assistiu-se, no Reino-Unido, a um desenvolvimento dos modelos neo-liberais o qual, ao mesmo tempo que originou a desintegração do movimento operário acelerou o processo de dualização. O fenómeno da dualização social, também particularmente visível na Bélgica e na França, dá origem a dois tipos de comportamentos ligados ao racismo. Por um lado, faz aparecer atitudes segregacionistas e discriminatórias, relativamente subtis, por parte daqueles que estão do «lado bom» da sociedade dual; atitudes que visam preservar a sua situação e sublinhar a distância relativamente aos imigrantes - percebidos enquanto representantes da inferioridade estatutária. Por outro lado, a dualização desemboca em condutas de apelo à identidade racial e, frequentemente, à violência, associadas à constituição de bodes expiatórios, por parte dos que vivem a degradação do seu estatuto ou temem a exclusão; mesmo quando esta situação é partilhada por grande parte da população de origem imigrante.

Associada à problemática da dualização social encontra-se a questão urbana. Embora os processos relativos aos problemas urbanos variem consideravelmente de uma sociedade para outra, é possível vislumbrar um padrão geral. Os bairros «difíceis» - quer se trate das *inner cities* britânicas ou os bairros H.L.M. franceses - são, à medida que se degradam, gradualmente abandonados pelos que podem fazê-lo, ao mesmo tempo que se instalam as minorias étnicas provenientes da imigração. Aqueles que ficam, confrontados com uma coabitação intercultural nem sempre fácil, vivem igualmente a decadência do seu estatuto, a dissolução dos laços de vizinhança, o desaparecimento dos antigos modos de vida que resultavam da solidariedade operária e o sentimento de abandono por parte da classe política e das instituições estatais (Cf. Wieviorka, 1992: 31).

Estamos perante um conjunto de processos que desencadeia a sensação de perda de referências identitárias, nomeadamente entre os meios populares operários, que se verifica concomitantemente com as mutações na imigração; isto é, ao mesmo tempo que emerge a «etnicização» das colectividades imigrantes, assim transformadas em minorias étnicas.

O racismo amplifica-se no conjunto dos países europeus à medida que se assiste a um processo de perda das identidades sociais que eram fornecidas pela polarização da sociedade industrial e se observa na imigração uma afirmação identitária de cariz etno-cultural crescente e, ao mesmo tempo, uma maior capacidade de mobilização colectiva em torno dessas identidades.

3.2 A crise do Estado

O Estado desempenha um papel complexo na emergência e manutenção do racismo na contemporaneidade. Primeiro, pela responsabilidade estatal na construção e manutenção das ideologias essencialistas da identidade nacional onde se inscrevem as condutas e ideologias racistas e xenófobas. O Estado é responsável pelas construções ideológicas que representam miticamente a nação enquanto comunidade natural e homogênea, essencializando, dessa forma, a identidade nacional numa substancialidade trans-histórica. Em segundo lugar, e correlativamente, pelo papel que lhe cabe no tratamento dos particularismos culturais das minorias e no estabelecimento das condições de cidadania.

Na perspectiva do tratamento das culturas minoritárias os Estados nacionais encontram-se virtualmente numa situação de *double bind*. Como escreve Eriksen:

The state may be accused of injustice both if it promotes equality and if it promotes difference. If the state stresses equal rights and duties, minority members may feel that their cultural distinctiveness is not being respected; that their boundaries and identities are threatened. (...) If, on other hand, the dominant group stresses cultural differences and turns them into virtues, minority members may feel that they are actively discriminated against (Eriksen, 1993: 142).

A situação que em França ficou conhecida por *l'affaire du foulard* (o uso do lenço islâmico nas escolas públicas) e a recente legislação a este respeito ilustram particularmente bem a contradição com a qual se confrontam os Estados europeus: a dissociação do cultural, do identitário e do social.

Por último, o Estado encontra-se implicado na emergência do racismo, quer em virtude da crise vivida pela imagem do Estado-providência, quer pela crise real do funcionamento de algumas das suas principais instituições. Ora, a crise do Estado nas nações europeias não se encontra - como sublinha Wieviorka - completamente desligada da dissolução das relações sociais nascidas com a industrialização:

The crisis of the state and the institutions is a phenomena which must be analytically distinguished from the decline of industrial society and the dualization which results from its decline. But the two phenomena are linked. Just as the welfare state owes a great deal, in its formation, to the social and political discussions which are inseparable from the history of the working class, which is particularly clear in the countries endowed with strong social democracy, so too the crisis of the welfare state and the institutions owes a great deal to the destructuretion not only of these discussions and conflicts, but also of the principal actor which informs them, the working class movement (Wieviorka, 1994b: 180).

Programado para fazer face a situações pontuais de desemprego, de carência ou incapacidade, o Estado-providência é, actualmente, confrontado com o desemprego estrutural de longa duração e com a necessidade de ter de salvaguardar a sobrevivência de largas fatias da população. Observam-se por toda a Europa as dificuldades crescentes no

financiamento dos subsídios de desemprego e das pensões de reforma, mas também dos sistemas de saúde e educação.

Concomitantemente com o declínio das relações sociais típicas da sociedade industrial, o papel do Estado nas sociedades europeias é cada vez mais intensamente posto em causa, não apenas na sua vertente de redistribuição e assistência, mas também no que respeita ao funcionamento de instituições como a escola, a justiça ou a polícia. À denuncia da sua função disciplinar e reguladora levada a cabo pelas reflexões de inspiração foucauldiana juntam-se, por um lado, as críticas da Sociologia ao papel das instituições estatais na reprodução das desigualdades sociais e, por outro, as críticas neoliberais à racionalidade do seu funcionamento. Contudo, como escreve, não sem algum optimismo, Santos:

A crise do Estado e das ideologias desenvolvimentistas abre neste domínio uma caixa de Pandora donde podem sair, lado a lado, e às vezes misturados, o racismo, o chauvinismo étnico e mesmo o etnocídio, por um lado, e a criatividade cultural, a autodeterminação, a tolerância pela diferença e a solidariedade, por outro (Santos, 1994: 273).

No que nos diz respeito, a crise do Estado-providência e as constantes críticas a que a sua acção tem vindo a ser submetida fazem aumentar a sensação de perda de confiança e de abandono, reforçando os mecanismos de culpabilização das populações de origem imigrante. Estas são simultaneamente acusadas de beneficiarem demasiado da assistência do Estado, de abusarem das suas instituições ou de, como vimos, adoptarem modos de fruição desadequados que fazem baixar a qualidade dos serviços prestados.

Nos discursos autóctones reproduzidos na monografia sobre o racismo francês que foi realizada pela equipa de Wieviorka, fica bem patente o sentimento de abandono por parte do Estado e dos políticos vivido pelos autóctones. Sentimento que acaba por promover a escalada do diferencialismo e originar a politização do racismo através dos discursos populistas de crítica do Estado e da demonização simultânea dos políticos e da imigração (Cf. Wieviorka et al., 1992). Na Bélgica, por seu turno, foram as pressões separatistas da Valónia e da Flandres que vieram pôr em causa a própria estrutura do Estado, obrigando a um desdobramento em federação de regiões. Estas pressões nacionalistas, embebidas de diferencialismo populista e xenófobo contribuíram em larga medida para a expansão do racismo contra as minorias étnicas residentes no território belga.

3.3 A escalada das identidades

No registo da consciência identitária, também são observáveis grandes transformações. Na maior parte dos Estados-nação europeus estão abertos debates centrados nos temas das identidades, das nacionalidades, da soberania e da cidadania. Enquanto até à década de setenta uma sociedade industrial e uma economia às quais se aliava um Estado fortemente empenhado na modernidade tinham correspondência numa

identidade nacional capaz de absorver e esbater os particularismos (mesmo, eventualmente, através da sua racização), esse quadro parece ter entrado em ruptura:

La mutation en ce domaine - afirma Wieviorka -, est d'abord passée par des contestations et des affirmations identitaires qui, soit semblent défaire ce que la nation dans, sa modernité, a élaboré au cours des siècles antérieurs, soit inventent des formes culturelles qui sont autant de ruptures avec la société industrielle.

Por um lado, emergem, nalgumas sociedades e endurecem noutras as afirmações de índole particularista, mais ou menos separatistas, das regiões ou das nações «sem Estado». Como nota Santos:

a base étnica das nações modernas torna-se cada vez mais evidente e o Estado-nação, longe de ser uma entidade estável, natural, começa a ser visto como a condensação temporária dos movimentos que verdadeiramente caracterizam a modernidade política Estados em busca de nações e nações em busca de Estados (1994: 127).

Na França observa-se a afirmação identitária da Córsega, no Reino Unido a escalada do nacionalismo escocês, na Espanha, do nacionalismo catalão e do separatismo basco; na Itália a clivagem entre Norte e Sul inscreve-se perigosamente no político e na Bélgica instaura-se uma federação de «nações», para referir apenas alguns exemplos. A exceção vem naturalmente da Alemanha, onde foi a reunificação que veio fortalecer o nacionalismo.

Por outro lado, cresce um nacionalismo reactivo, simultaneamente alimentado pela pulverização identitária regional e pelo fortalecimento da etnicidade das populações de origem imigrante. A imigração e sua etnicização não são, contudo, os únicos factores responsáveis pelas transformações ao nível identitário, são antes os fenómenos em torno dos quais se objectivam a ansiedade, o medo e os sentimentos de perda de confiança provenientes de outros processos e dinâmicas. A construção e o alargamento da União Europeia, os separatismos nos casos da Espanha da Bélgica e até da Itália a reunificação para a Alemanha aos quais se aliam a perda de influência no mundo - para sociedades como a francesa e a britânica -, mas, fundamentalmente, a dissociação crescente que se opera entre a economia, a cultura e a sociedade nacional constituem o núcleo das transformações ao nível da identidade e da integridade nacional.

O Reino Unido, à semelhança do que se passa em França, parece viver um forte sentimento, não só de ameaça à identidade nacional, como de inversão do processo histórico:

les deux pays vivent comme une inversion de leur colonialisme passé, les immigrants, largement issus des anciennes colonies, pouvant apparaître comme le signe d'un retournement de l'histoire; tous deux voient se dissocier la culture et l'identité nationales, d'un côté, et, d'un autre côté l'économie globalisée. Le racisme a beaucoup à voir avec la rétraction du nationalisme, sa fermeture dans un différentialisme qui est aussi la marque d'une résistance à l'internationalisation de l'économie (Wieviorka, 1994a : 289).

Mas também a globalização da economia e das finanças, a internacionalização das decisões políticas, a americanização da produção cultural, a discussão em torno da União Europeia e da perda de soberania, aliados à sensação de *risco* permanente e à aceleração

das mudanças - que, enquanto fenómenos característicos da modernidade avançada, promovem a perda de confiança e subvertem a segurança ontológica dos actores relativamente ao mundo social (Cf. Giddens, 1992) - parecem, neste registo, desempenhar um papel preponderante e frequentemente escamoteado na emergência dos movimentos nacional-populistas que alimentam os racismos europeus.

Estes nacionalismos essencialmente ansiosos e reactivos, afastando-se gradualmente das referências aos valores universalistas do progresso, recorrem a uma concepção eminentemente racizante da nação. Uma visão purificadora, carregada de referências ao passado, à história e à identidade.

O racismo parece consolidar-se na Europa precisamente a partir da crescente dissociação dos três registos cuja integração e coerência caracterizou e fundou as sociedades nacionais modernas: o registo social, o político e o cultural. Ou como sintetiza Wieviorka:

Le racisme trouve des conditions favorables lorsque, simultanément, la fin d'une société industrielle dynamique et puissante se révèle brutale et spectaculaire, que l'État et les institutions apportant assurance et assistance entrent en crise, que la conscience nationale, vigoureuse, se rétracte sur la seule face différentialiste, et que l'ensemble que forment ces trois dimensions se déstructure (1994a: 291).

Não é pois de surpreender que na conjuntura vivida actualmente nas sociedades europeias as condutas e comportamentos racistas tenham tendência para recrudescer. Se os modernos acreditaram na naturalidade e perenidade da união entre uma cultura, uma forma de organização social um sistema económico e um território, sob a égide de um Estado - uma união catalizada pela ideia de progresso -, a disjunção contemporânea dessas entidades aliada à falência contemporânea dos ideais do progresso e da razão pode, efectivamente, desembocar num alargamento do espaço do racismo europeu.

Os movimentos de rejeição da alteridade, de fechamento nacional-racista, emergem nas sociedades contemporâneas, fundamentalmente, como meio de resolver ansiedades geradas no presente, através da projecção no futuro das referências ao passado.

Referências:

- Althabe, G. (1985) «Production de l'étranger, xénophobie et couches populaires urbaines», *L'homme et la société*, 77/78 (63-73).
- Balibar, E. e I. Wallerstein, (1990) *Race, nation, classe. Des identités ambiguës*, Paris, La Découverte.
- Barker, M. (1981) *The New Racism. Conservatives and the ideology of the tribe*, London, Junction Books.
- Bataille, P. (1994) «L'expérience Belge», in Wiewiorka, M. (Dir.) *Racisme et xénophobie en Europe. Une comparaison internationale*, Paris, La Découverte (103-156).
- Borgogno, V. (1990), «Le discours populaire sur l'immigration: un racisme pratique», *Peuples méditerranéens*, 51 (7-30).
- Couper, K. e Martuccelli, D. (1994) «L'expérience britannique» in Wiewiorka, M. (Dir.), *Racisme et xénophobie en Europe*, Paris, La Découverte (27-101).
- Eriksen, T.H. (1993) *Etnicity and Nationalism. Anthropological Perspectives*, London, Pluto Press.
- Essed, P. (1994) *Understanding Everyday Racism*, London, Sage.
- Giddens, A. (1992) *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- Lapeyronnie, D. (Dir) (1990) *L'intégration des minorités immigrées. Etude comparative France-Grande-Bretagne*, Issy-les-Moulineaux, Agence Pour le Développement des Relations Interculturelles.
- Lapeyronnie, D. (Dir.) (1991) *Les politiques locales d'intégration des minorités immigrées en Europe et aux États-Unis*, Issy-les-Moulineaux, Agence Pour le Développement des Relations Interculturelles.
- Lipovetzky, G. (1989) *A Era do Vazio. Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa, Relógio de Água.
- Marques, J. F. (2004) *Je ne suis pas raciste mais... Du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais*, Thèse de Doctorat, Paris, Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Marques, J.F. (2000) «O Neo-Racismo Europeu e as Responsabilidades da Antropologia», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, (35-60)
- Marques, J.F. *Um Fantasma Persegue a Europa; Reflexões sobre o Neo-racismo Europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova
- Miles, R. (1994) «Explaining Racism in Contemporary Europe» in Rattansi, A. e S. Westwood, (Eds) *Racism, Modernity and Identity on the Western Front*, Cambridge, Polity Press.

- Peralva, A. (1994) «L'expérience allemande», in Wieviorka, M. (Dir.) *Racisme et xénophobie en Europe. Une comparaison internationale*, Paris, La Découverte (157-211).
- Pettigrew, T. e Meertens R. W. (1993) «Le racisme voilé: dimensions et mesure», in Wieviorka, M. (Dir.), *Racisme et Modernité*, Paris, La Découverte, (109-140).
- Robert Castel, (1995) «L'avènement d'un individualisme négatif», entrevista ao *Magazine Littéraire*, 334.
- Santos, B.S. (1994) *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Schweisguth E. (1993) «Racisme et systèmes de valeurs» in Wieviorka M. (Dir.), *Racisme et modernité*, Paris, La Découverte (27-134).
- Vala, J., Brito, R. e Lopes D. (1998), *Expressões do Racismo em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Wieviorka, M. (1991) «L'expansion du racisme populaire», in Taguieff, P.-A. (Dir.) *Face au racisme*, Tome II, Paris, La Découverte (73-82).
- Wieviorka, M. (1992) *La France raciste*, Paris, Seuil, 1992.
- Wieviorka, M. (1993) *La démocratie à l'épreuve. Nationalisme, populisme, ethnicité*, Paris, La Découverte.
- Wieviorka, M. (Dir.) (1994a) *Racisme et xénophobie en Europe. Une comparaison internationale*, Paris, La Découverte.
- Wieviorka, M. (1994b) «Racism in Europe: Unity and Diversity» in Rattansi, A. e S. Westwood. (Eds) *Racism, Modernity and Identity on the Western Front*, Cambridge, Polity Press.